

CFESS Manifesta

Dia Internacional do Trabalhador e da Trabalhadora

Brasília (DF), 1º de maio de 2016

Gestão Tecendo na luta a manhã desejada



Meu maio, nossas lutas... Resistir é preciso!

OS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA

**“ A todos
Que saíram às ruas
De corpo-máquina
cansado,
A todos
Que imploram feriado
Às costas que a terra
extenua –
Primeiro de Maio!
Meu mundo, em
primaveras,
Derrete a neve com sol
gaio.
Sou operário –
Este é o meu maio!
Sou camponês – Este é o
meu mês.
Sou ferro –
Eis o maio que eu quero!
Sou terra –
O maio é minha era!**

**MEU MAIO
(VLADIMIR MAIAKOVSKI)**

Desde que nós, assistentes sociais, nos reconhecemos como parte da classe trabalhadora e como profissão funcional e contraditória no contexto das relações de classe da sociedade burguesa, tornou-se bastante significativo para a categoria o dia 1º de maio. Tanto somos parte dessa classe, quanto o nosso trabalho cotidiano a tem como principal usuária.

Em especial este 1º de maio se realiza num momento em que muitos/as de nós encontramos-nos perplexos/as com o ataque das classes dominantes, e observando o absurdo avanço da direita, expressivo de uma regressão e inversão de valores, quanto ao que parece ser o fim de um ciclo político que teve como referência central o Partido dos Trabalhadores. Em todo este ciclo, as entidades do Serviço Social colaboraram para tensionar os espaços institucionais em favor dos interesses dos/as trabalhadores/as, por meio das ações de protesto de rua e ainda atuação frente ao controle social democrático, sempre denunciando a impossibilidade histórica de um governo de conciliação de classes.

Como CFESS, queremos reiterar a importância de ouvirmos as lições da história e destacar, de forma muito clara, a necessidade urgente de nos reconstruirmos como campo da esquerda, fortalecendo estratégias renovadas de diálogo com a base social da classe trabalhadora. Se há algo transparente nestes últimos tempos, é que a saída da direita, no processo de restauração da crise do capital, sempre foi intensificar suas taxas de lucro, com fundamento na superexploração dos/as trabalhadores/as, com ataque avassalador sobre os direitos conquistados. O primeiro passo desta reconstrução do campo emancipador é a busca

de unidade da esquerda, identificando e elegendo as trincheiras mais importantes para a luta social. Neste processo, devemos fazer referência às condições materiais desta classe em nosso país.

A classe que produz a riqueza social é, na contemporaneidade, heterogênea e complexa, como afirmam as pesquisas de Giovanni Alves, Ricardo Antunes e outros intelectuais deste campo, ao situarem os impactos da reestruturação produtiva na materialidade e subjetividade de todos/as que vivem da venda da sua força de trabalho. Ao situarem as dimensões da precarização do trabalho, estes autores anunciam os processos crescentes de proletarização, bem como a incapacidade do capitalismo em crise de realização de seu projeto civilizatório, de manter padrões mínimos de bem-estar social ou de manter direitos trabalhistas, exigindo sacrifícios das velhas e, em especial, das novas gerações, que já se incluem no mercado mediado por processos naturalizados e regulamentados de precarização, a exemplo da terceirização. São gerações de trabalhadores/as que já se realizam golpeados/as pelos processos de restauração do capitalismo, conduzidos pela flexibilização das formas de contrato e de remuneração associadas ao produtivismo, de jornadas de trabalho intensificadas por metas, pulverização das negociações, reedição do trabalho em domicílio, precarização e mercantilização de direitos sociais, especialmente a saúde e a educação. Elementos que favorecem e agravam processos diversos de adoecimentos físicos e mentais, e não podemos deixar de mencionar que o Brasil, segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), é o 4º colocado no ranking mundial de mortes por acidentes de trabalho, ficando atrás somente da China, EUA e Rússia.

Alves (2013) recupera alguns dados do Dieese, apontando que a taxa média de rotatividade da mão de obra brasileira foi de 36% entre 2007 e 2009, e 2/3 dos vínculos empregatícios são desfeitos antes de atingirem um ano de trabalho, sendo que 80% dos desligamentos tiveram menos de dois anos de duração. Em busca de dados mais recentes do Dieese, descobrimos que “o total dos desligamentos celetistas aumentaram de 52% em 2003, para 64% em 2012. Já quando se consideram os desligamentos descontados, a taxa eleva-se de 41% para 43%, respectivamente em 2003 e 2012”. Sobre as taxas de desemprego no Brasil, o Dieese apontou, em 2015, alta da taxa de desemprego nas regiões metropolitanas pesquisadas, tanto no indicador de dezembro de 2015 em relação ao de 2014, quanto na comparação das médias dos anos. Na Região Metropolitana de São Paulo, por exemplo, a taxa de desemprego em dezembro de 2015 alcançou 13,9%, em comparação com 9,9% um ano antes.

A recessão econômica internacional, o ajuste estrutural e as disputas de poder no governo e frações da burguesia local trazem consequências para a vida cotidiana da população que, muitas vezes, acompanha o debate apenas nas expressões mais imediatas, como a recente aceitação do impeachment da presidenta pela Câmara Federal. Esse processo ataca centralmente a legalidade democrática em nosso país e precisa ser desmascarado. Não porque defendemos o atual governo, mas porque defendemos princípios fundamentais como a democracia, mesmo que com suas limitações na ordem burguesa.

Dois dias após a votação tragicômica de um Congresso corrupto, reacionário e cínico (há poucos dias aliado do governo), concluiu-se a votação do projeto de lei (PL) 4330/04 sem nenhum acompanhamento, afirmando-se a ampliação da terceirização para todas as atividades. Segundo relata a revista Carta Capital, o plenário aprovou uma emenda de autoria do PMDB, que reforça a possibilidade de terceirização de qualquer função ao definir empresa contratada como “associações, sociedades, fundações e empresas individuais” que prestem serviços relacionados à “parcela de qualquer atividade da contratante”. A proposta estabelece ainda possibilidade da chamada “quartização”, ou seja, de uma empresa terceirizada subcontratar os serviços de outra empresa.

Outra ameaça que ronda os direitos dos/as trabalhadores/as e dá continuidade às perdas de nossos direitos no século XXI é o PLP 257/2016, que deverá ser votado até 6 de maio. Dentre as perdas indicadas, estão: aumento da cota previdenciária, o congelamento de salários e a possibilidade de perda de parcelas da remuneração que não são tidas como salário. São perdas e atingirão, em especial, os/as servidores/as públicos/as, inclusive o governo poderá

Mais do que nunca, a identidade de assistente social como classe trabalhadora se apresenta não como uma opção, mas como uma condição. O reconhecimento desta condição sempre nos levou ao caminho das lutas sociais para além das questões corporativistas e nos construiu como mulheres e homens em luta pela emancipação humana.

suspender o aumento real do salário mínimo dos/as trabalhadores/as e reduzir o quadro de pessoal do serviço público, por meio de programas de demissões voluntárias.

Todos estes dados da condição material da classe trabalhadora indicam a regressão que se realiza não apenas no Brasil, mas em todos os países da América Latina, como já indicam alguns analistas ao observarem o quadro conjuntural e o cenário de disputas eleitorais. Parte destas análises demarca ainda a importância da recuperação da autonomia de organização da classe prejudicada, como bem ilustra o exemplo brasileiro, por meio das experiências de cooptação e passivização da luta de classes em nome da governabilidade. As indicações do esgotamento dos governos petistas no Brasil são acompanhadas ainda por um fôlego do reacionarismo, que encontra relativa margem para se legitimar não só contra o PT, mas contra as bandeiras históricas da classe trabalhadora e fortalece toda sorte de cinismo contra os direitos sociais e humanos conquistados.

Se as pesquisas sobre o mundo do trabalho revelam os duros ataques a uma classe heterogênea, flexibilizada em suas condições materiais e subjetivas, é preciso aprofundar, no contexto da luta concreta e cotidiana, o debate e reflexão sobre este perfil, estas condições e, em especial, o apelo que estes dados expressam quanto à falência do projeto burguês. Isto exigirá dos/as lutadores/as a retomada urgente de processos de formação sindical classista, de fortalecimento de outras frentes de esquerda que reforcem a importância da autonomia e da unidade. Teremos que avançar no debate cultural e na disputa de valores morais, cada dia mais enraizados na naturalização do ethos da propriedade privada, a exemplo da opressão contra as mulheres, em destaque o feminicídio e a negação de legalização do aborto e ampliação da regulação sobre a vida e corpo das mulheres. O avanço se processará à medida que sedimentarmos o debate das opressões e sua incorporação às pautas de partidos e todas as organizações de classe, sem perdemos de vista a centralidade das lutas no campo econômico.

Todas estas reflexões nos dizem respeito, não apenas por lidarmos com elas no cotidiano de expressões da “questão social”, em particular nos nossos espaços sócio-ocupacionais, mas porque cada vez mais estas condições nos atingem como trabalhadores/as. Está na nossa precária condição salarial, nos contratos flexíveis e temporários, na ausência das condições éticas e técnicas de trabalho, nas expressões de assédio moral, nos conflitos entre as equipes e a escassez da solidariedade de classes, nas alterações de nossa identidade no campo organizacional, no desrespeito ao direito conquistado da jornada de trabalho semanal de 30 horas sem redução salarial. Ou seja, mais do que nunca, a identidade de assistente social como classe trabalhadora se apresenta não como uma opção, mas como uma condição. O reconhecimento desta condição sempre nos levou ao caminho das lutas sociais para além das questões corporativistas e nos construiu como mulheres e homens em luta pela emancipação humana. Por isso, mais que um projeto profissional, temos um projeto ético-político.



Gestão Tecendo na luta a manhã desejada (2014-2017)

PRESIDENTE Maurílio Castro de Matos (RJ)
VICE-PRESIDENTE Esther Luíza de Souza Lemos (PR)
1ª SECRETÁRIA Tânia Maria Ramos Godoi Diniz (SP)
2ª SECRETÁRIA Daniela Castilho (PA)
1ª TESOUREIRA Sandra Teixeira (DF)
2ª TESOUREIRA Nazarela Rêgo Guimarães (BA)
CONSELHO FISCAL
 Juliana Iglesias Melim (ES), Daniela Neves (DF) e Valéria Coelho (AL)

SUPLENTE
 Alessandra Ribeiro de Souza (MG)
 Josiane Soares Santos (SE)
 Erlénia Sobral do Vale (CE)
 Marlene Merisse (SP)
 Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)
 Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)
 Solange da Silva Moreira (RJ)

CFESS MANIFESTA Dia Mundial do Trabalhador e da Trabalhadora
Conteúdo (aprovado pela diretoria): Daniela Castilho, Daniela Neves e Erlénia Sobral
Organização: Comissão de Comunicação
Revisão: Diogo Adjuto
Diagramação e arte: Rafael Werkema